

## A CRIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA DE CONTÍNUA AVALIAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DE UMA ESCOLA CIDADÃ

Pamella Ferreira da Silva <sup>1</sup>  
Platini Ramos da Silva <sup>2</sup>  
Adlene Silva Arantes <sup>3</sup>

### RESUMO

O Projeto Político Pedagógico - PPP, que se projeta enquanto instrumento de uma gestão democrática se estabelece como válvula motriz no direcionamento de uma instituição de ensino, neste contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar considerações sobre a construção do Projeto Político Pedagógico, fundamentar as concepções de ensino e aprendizagem que dão sustentação ao documento norteador a partir das tendências pedagógicas, bem como situar a avaliação estabelecida pelas concepções somativa, normativa e diagnóstica, destacando a necessidade de construção um trabalho coletivo e participativo através de pesquisas bibliográficas realizadas com base no tema preestabelecido, o objeto do estudo foi escolhido de forma a reafirmar a natureza básica, que estabelece um aprofundamento de um tema já abordado. A metodologia qualitativa foi escolhida para que pudessem ser realizadas interpretações subjetivas do assunto, através destas interpretações considerou-se que a participação efetiva da comunidade escolar no provimento do PPP possibilitaria uma mobilização efetiva, em atenção aos objetivos da instituição de ensino.

**Palavras-chave:** Mobilização efetiva, Participação, Comunidade escolar.

### INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi apontada pelo surgimento de um movimento voltado a redemocratização no Brasil. Neste período, se começou a indagar sobre o modelo de Estado intervencionista, onde as deliberações tomadas nas repartições institucionais eram verticalizadas e centralizadas, inclusive nas escolas.

Analisando por esse contexto, em 1988, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública iniciou a ação para que se instaurasse uma gestão participativa do ensino público, que desse alguma garantia de autonomia em cada instituição. Existia uma necessidade latente para que as escolas se adaptassem às novas realidades.

O projeto pedagógico foi, então, criado na Constituição de 1988. Desde então, a situação real de cada uma das comunidades teve importância começando a fazer parte de

---

<sup>1</sup> Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco - UPE [pamellafsilva@gmail.com](mailto:pamellafsilva@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduado no Curso de Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade São Miguel [initalpesomar@hotmail.com](mailto:initalpesomar@hotmail.com);

<sup>3</sup> Orientadora Profa. Dra. em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, [adlene.arantes@gmail.com](mailto:adlene.arantes@gmail.com).

todas as considerações gerais a serem avaliadas no conceito das diretrizes de uma instituição escolar. Já em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) asseverou que todas as escolas precisam de um PPP como documento e espelho.

Pelo próprio nome Projeto Político Pedagógico, o seu conceito já esclarece tal necessidade e objetivo, sendo projeto como um plano para realização de um ato, trazendo a ideia de futuro, que tem como ponto de partida o presente, sendo político por se referir à função social das instituições de ensino, estando relacionado à possibilidade de fazer da escola um espaço emancipatório atuando na formação de cidadãos na construção da sociedade e sendo pedagógico por define o conjunto de métodos utilizados na educação para que cada sujeito se desenvolva de forma global, no documento, o termo faz menção a todos os projetos e atividades educacionais que são utilizados nos processos de ensino e aprendizagem.

Conseguimos corroborar este conceito em VASCONCELOS:

O PPP é um instrumento teórico-metodológico que visa ajuda a escola enfrentar seus desafios de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica e, principalmente, participativa. (2004, p.24).

LIBÂNEO também destaca que “o PPP representa a oportunidade da comunidade escolar definir seu papel estratégico na educação, visando atingir seus objetivos”. (2004, p.55).

Considerando o que é o PPP e os conceitos explanados, nota-se que esse documento deve perceber a realidade da escola bem como a comunidade escolar, devendo atender cada um e o grupo ao mesmo tempo. Assim, é fundamental que a elaboração do PPP contemple: diretrizes pedagógicas, os envolvidos no processo de construção, recursos, plano de ação, contexto da família dos estudantes e dados regionais sobre a aprendizagem. Ressalta-se ainda, que sua finalização não denota o fim do processo, devendo este ser revisto periodicamente, ao menos, 1 vez ao ano. Essa revisão possibilita que as equipes pedagógicas, bem como a gestão, possam ajustar os objetivos que foram alcançados, prazos bem como o que poderá ser alterado de acordo com o resultado dos alunos.

No Projeto Político Pedagógico deverá está explícito a intencionalidade da participação escolar. Ao construí-lo, é de extrema importância deixar claro que tipo de sociedade quer ser formar bem como o propósito da educação nessa construção - o que necessita de conhecimento pensado e organizado historicamente, filosoficamente e culturalmente das concepções pedagógicas e filosóficas, para saber refletir, analisar e conduzir a prática educativa na sala de aula, selecionando metodologias, conteúdos e instrumentos avaliativos.

Este trabalho tem como objetivo apresentar considerações sobre a construção do Projeto Político Pedagógico, fundamentar as concepções de ensino e aprendizagem que dão sustentação ao documento norteador a partir das tendências pedagógicas, bem como situar a avaliação estabelecida pelas concepções somativa, normativa e diagnóstica, destacando a necessidade de construção um trabalho coletivo e participativo.

## **METODOLOGIA**

O artigo foi baseado em pesquisas bibliográficas realizadas com base no tema preestabelecido, o objeto do estudo foi escolhido de forma a reafirmar a natureza básica, que estabelece um aprofundamento de um tema já abordado.

Foi utilizada uma metodologia qualitativa para que pudessem ser realizadas interpretações subjetivas do assunto, a pesquisa foi iniciada a partir de fichamentos da bibliografia escolhida para posterior elaboração do artigo.

## **DESENVOLVIMENTO**

Considerando que o processo educacional segue as necessidades da sociedade, bem como o momento histórico no qual ela está inserida, pode-se afirmar que existiram diversas alterações nos modelos pedagógicos de acordo com o contexto histórico estabelecido. Após a revolução francesa, por exemplo, a burguesia era vista como uma propensa aliada no processo de expansão do sistema educacional através dos seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

A burguesia fora revolucionária em sua fase constitutiva e de ascensão, na medida em que se unira às camadas populares na luta contra os privilégios da nobreza e do clero feudal; porém desde que se instalara vitoriosamente no poder, com o movimento de 1789, na França, tornara-se reacionária e conservadora (POLITZER, O., *apud* LUCKESI, C. C., P. 29. 2002)

Dentro desta perspectiva, a burguesia projetada inicialmente como uma alternativa à socialização do conhecimento assumiu, posteriormente um caráter conservador, o que incumbiu no questionamento dos ideais previamente estabelecidos.

No Brasil, a burguesia se desenvolveu após um tardio processo de industrialização na década de 30, que repercutiu no fim do sistema administrativo patrimonial, advindo de uma sociedade mercantil-senhorial, com a burguesia, foi instituído um processo administrativo burocrático que, apesar de ainda possuir resquícios do patrimonialismo, se evidenciou, inicialmente, pautado na igualdade da população. (BRESSER-PEREIRA, L.C., 2001)

O modelo liberal que se estabeleceu posteriormente como conservador, instituiu sua própria metodologia educacional pautada, não na igualdade e universalização da educação, mas na conservação da sociedade em sua configuração, projetando suas próprias tendências pedagógicas.

Três tendências foram criadas dentro do modelo liberal: a pedagogia tradicional, focada na figura do professor se concentra na transmissão de conteúdo, a pedagogia renovada ou escolanovista, centrada nos sentimentos, na espontaneidade da produção do conhecimento e no educando com suas diferenças individuais e a pedagogia tecnicista, centrada nas mais diferentes metodologias de transmissão de conteúdos. (SAVIANI, D., 1983).

Todas as tendências liberais apresentavam o intuito de equalização social, entretanto, a auto-realização se baseava no usufruto e conquista da propriedade privada e dos bens. As alternativas se configuraram de maneira que não puderam se tornar uma alternativa à transcendência de um modelo social vigente.

Em contrapartida ao modelo social liberal, se evidencia um modelo onde a igualdade não se evidencie apenas pela forma da lei, a proposta de modelo social traz consigo três tipos de tendências pedagógicas.

A pedagogia libertadora, representada por Paulo Freire, é marcada pela ideia de que a transformação virá pela emancipação das camadas populares, através da conscientização cultural e política, a pedagogia libertária representada pelos anti-autoritários e autogestionários é pautada na ideia de a educação deve ser um instrumento de conscientização e organização política dos educandos, a pedagogia dos conteúdos socioculturais, representada por Demerval Saviani, é centrada na ideia de igualdade de oportunidades para todos no processo de educação e na compreensão que a assimilação do conteúdo e aquisição de habilidades deve ser feita a partir da transformação dos conteúdos no contexto de uma prática social. (LIBÂNEO, L.C., 1984)

Visando um processo de transformação social, o segundo grupo de tendências pedagógicas sugerem a superação de um modelo autoritário e neste sentido se ratificam no processo de redemocratização da educação no Brasil.

A intenção de democratização da escola pública, pleiteada através do estabelecimento legal da gestão democrática, corrobora com valorização do processo de ensino aprendizagem, uma vez que o mesmo se realiza objetivando o desenvolvimento de competências para a inserção do indivíduo dentro do seu contexto de vida, assumindo a criticidade para a formação da cidadania.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As razões pelas quais se justificam a implementação da gestão democrática na escola pública são a certeza de que a escola deve formar para a cidadania, pois a escola não tem um fim em si mesma, está a serviço da comunidade, bem como a perspectiva de que a gestão democrática pode melhorar o objetivo específico da escola que é o ensino. (GADOTTI, M. 2016)

No intuito de realizar uma formação crítica para a cidadania, o Projeto Político Pedagógico se evidencia como uma manifestação da democratização das políticas escolares e como o tal, deve apresentar um caráter tipicamente participativo, corroborando com uma perspectiva que favoreça a autonomia da instituição educacional e funcione como manifestação da emancipação dos atores escolares.

A inovação emancipatória ou edificante é de natureza ético-social e cognitivo-instrumental, visando à eficácia dos processos formativos sob a exigência da ética (...). Este ponto é de vital importância para se avançar na construção de um projeto político-pedagógico que supere a reprodução acrítica, a rotina, a racionalidade técnica, que considera a prática um campo de aplicação empirista, centrada nos meios. Organizar as atividades fim e meio da instituição educativa, por meio do projeto político pedagógico sob a ótica da inovação emancipatória e edificante, traz consigo a possibilidade de alunos, professores, servidores técnico-administrativos unirem-se e separarem-se de acordo com as necessidades do processo. (VEIGA, I. P. A., pág. 275, 2003)

As concepções que devem servir de alicerce para a criação e implementação do PPP estão intrinsecamente ligadas às tendências pedagógicas que primam pelo bem-estar social, por estas defenderem concepções de ensino aprendizagem que valorizem o estudante em suas individualidades, respeitando o seu contexto social e trabalhando para o desenvolvimento de sua criticidade, que não pode ser formulada sem partir de um processo contínuo de avaliação.

A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. A verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica da ação. (LUCKESI, 2002)

Pode-se caracterizar o processo avaliativo em três modalidades específicas dentre as quais encontramos, inicialmente, a avaliação somativa, que tem como intuito de classificar o estudante para saber se ele está aprovado ou reprovado. Esta forma de avaliação, entretanto, vem sendo sistematicamente questionada por não levar em consideração as especificidades de cada indivíduo, partindo de uma perspectiva errônea de que todos aprendem da mesma forma.

O sistema educacional, muitas vezes, tem se apoiado na avaliação classificatória com a pretensão de verificar aprendizagem ou competências através de medidas, de quantificações. Este tipo de avaliação pressupõe que as pessoas aprendam do mesmo modo, nos mesmos momentos e tenta evidenciar competências isoladas. Ou seja, algumas, pessoas que por diversas razões têm maiores condições de aprender, aprendem mais e melhor. Outras, com outras características, que não respondem tão bem ao conjunto de disciplinas, aprendem cada vez menos e são muitas vezes excluídos do processo de escolarização. (SANTOS, M. R. e VARELA, S., pág. 3, 2007)

Outra concepção de avaliação encontrada é a formativa, que se pauta na relação aluno, professor, de acordo com a mesma deve haver um retorno dos resultados após a realização da avaliação para que se identifique possíveis problemáticas nos processos educacionais.

Formativa tem como função informar o aluno e o professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades; melhorar o ensino e a aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação. (SANT'ANNA, 2001, p. 34).

A avaliação formativa, possibilita que sejam encontradas problemáticas no processo de aprendizagem, entretanto não há nela uma reorganização dos conteúdos e didática em atenção aos problemas.

A análise diagnóstica é um tipo de avaliação não punitiva, não se reduz a níveis de classificação. Esse método de avaliação possibilita que a escola identifique constantemente as causas das dificuldades dos alunos e organize novas metodologias e intervenções pedagógicas específicas, que promovam a dissolução daquelas dúvidas ou dificuldades percebidas. Sendo uma ótima ferramenta de trabalho tanto para o aproveitamento escolar, como para execução do PPP, ou seja, permite reparar quais formatos de aula ou quais tipos de atividades foram eficazes e quais já não foram bem recebidos pelos alunos. Além disso, sua relevância também está no fato de que, diferentemente de números esvaziados de sentido, seus resultados geram a atualização da forma de ensino, trazendo novidades para o contexto educacional institucional.

A prática escolar usualmente denominada avaliação da aprendizagem pouco tem a ver com avaliação. Ela se constitui muito de mais de provas/exames do que de avaliação. A prática de aplicação de provas e exames, com atribuição de notas ou conceitos, tem sua origem na escola moderna século XVI e XVII com a cristalização da sociedade burguesa. A prática conhecida hoje é herdeira da referida época, que se constitui pela exclusão e marginalização de grande parte dos indivíduos da sociedade. (LUCKESI, 2002)

Avaliar é uma atitude comum, um exercício diário, por isso deve ser constante. É necessário, também, que a avaliação seja estabelecida sempre com o intuito de implementação de uma prática pedagógica e não pautada apenas em um vazio conceitual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há inúmeros desafios na construção do PPP de uma instituição pública. Acreditamos que seja na aceitação da gestão, funcionários, pais de estudantes e os próprios alunos, geralmente, já vem traçando suas ideologias e suas visões sobre o que seria a escola. Reconhecer a importância da participação da comunidade escolar na construção de um Projeto Político Pedagógico é, de fato, um momento significativo para conquista de um todo.

Em instituições educacionais circulam inúmeros profissionais com diversas personalidades, com uma vasta pluralidade de vivências, porém, é através dessas divergências que podemos nos deparar com vários conflitos, e é nesses momentos que podemos crescer, ressignificar ideologias e alcançar objetivos de grande valia para a construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico, com a participação de toda comunidade escolar.

Em (2008) Luck defende nessa vertente, acreditando que na participação em sentido pleno, haverá sempre reflexos positivos de mobilização efetiva ao empenho e esforços individuais para atingir pontos positivos na construção do PPP. Para a escritora, existe realmente a premissa de uma emancipação de comportamentos com característica individualista, e ela vem despertar uma reflexão participativa com espírito de equipe, visando os aspectos sociais e institucionais que todos assumem na construção.

Entende-se que a natureza humana básica - sua vocação primeira - consiste na necessidade de a pessoa ser ativa em associação com seus semelhantes, desenvolvendo seu potencial. Isto é, o ser humano se torna uma pessoa e desenvolve sua humanidade na medida em que, pela atuação social, coletivamente compartilhada, canaliza e desenvolve seu potencial ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento da cultura do grupo em que vive, com o qual interage e do qual depende para construir sua identidade pessoal. (LUCK, 2008, p. 61).

Portanto, de acordo com autora, ganha sentido a participação em grupo, tornando-lhe peças chaves e importantíssimas no processo da construção do Projeto Político Pedagógico, eliminando radicalmente dessa forma, o caráter de um ser individualista, inseto de qualquer manifestação anti-participação. Participar é compartilhar poder e responsabilidade na tomada de decisões coletivas, encarando os desafios.

Em meio aos grandes entraves com os quais nos deparamos no processo da construção do PPP, percebemos que os educadores quanto participantes ativos, são os integrantes que mais contribuem na construção, acreditamos que seja por ter uma grande maioria com uma

boa experiência e amar tanto sua missão quanto professor, dando-nos um novo olhar a cada tópico explícito em cada reunião.

Segundo a concepção de Bobbio (2000), a liberdade política é condição essencial para o processo de tomada de decisões, isto é, para a participação direta...

"(...) dos sujeitos que compõem um determinado contexto, seja uma nação ou uma escola. Em contrapartida, a relação de igualdade também é condição fundamental para o estabelecimento do processo democrático. Na concepção de democracia defendida por Bobbio, portanto, liberdade e igualdade constituem os dois lados opostos, mas complementares, de uma mesma moeda. Assim, "liberdade e igualdade são valores necessariamente complementares" BOBBIO, 2000, p. 12

Como todo, o Projeto Político Pedagógico funciona como uma verdadeira bússola que norteia nossos dias letivos, buscando sempre atingir suas metas e resultados. O nosso também consegue guiar tanto os que já participavam da nossa equipe quanto aos que estão chegando no decorrer do ano letivo, uma vez que através da verdadeira participação haverá sempre trocas louváveis de ideias, onde fortalecerá a nossa vontade de trabalhar em equipe, dia após dia lutando por dias melhores, com engajamento, determinação, transformando as lutas que aparecem no cotidiano em vitórias alcançadas diante das metas planejadas ganhando um novo olhar em nosso cenário educacional. A elaboração de um PPP só contribui para alcançarmos positivamente nossos objetivos a cada culminância, a cada semestre, a cada avaliação, sendo um guia para a temática geral da instituição de ensino, ficando ciente de que a avaliação é sempre contínua onde o estudante adquire seu conhecimento no seu cotidiano escolar.

## REFERÊNCIAS

- BRESSER-PEREIRA, L.C., Do estado patrimonial ao gerencial, Cia das letras, 2001;
- GADOTTI, M. O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania, 2016 in <http://www.gadotti.org.br:8080/jspui/> acesso em 23 de junho de 2019;
- LIBÂNEO, L. C., A prática pedagógica de professores na escola pública, São Paulo, PUC, 1984. Tese de Mestrado em educação;
- \_\_\_\_\_. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 5. ed., Goiânia: Editora alternativa, 2004;
- LUCKESI, C. C., Avaliação da aprendizagem escolar, 12ª ed., São Paulo, Cortez editora, 2002;
- POLITZER, O., O que é filosofia. Princípios fundamentais de filosofia. São Paulo, Hemus, s.d. *apud* LUCKESI, C. C., Avaliação da aprendizagem escolar, 12ª ed., São Paulo, Cortez editora, P. 29., 2002;
- SANT'ANNA, I. M., Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e instrumentos, p. 34 7. ed. Vozes. Petrópolis 2001;
- SANTOS, M. R. e VARELA, S., A avaliação como um instrumento diagnóstico da construção do conhecimento nas séries iniciais e no ensino fundamental, pág. 3, 2007;
- SAVIANI, D., As teorias da educação e os problemas da marginalidade, São Paulo, Cortez editora, 1983;
- VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do Trabalho Pedagógico, São Paulo, Libertad, 5ª ed. 2004;
- VEIGA, I. P. A., Inovações e projeto político pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória?, Campinas, Cad. Cedes, v. 23, n. 61, pág. 275, 2003.